

TERCEIRO PERÍODO

Conhecimentos gerais

1. Durante cinco minutos, a torre Eiffel, um dos ícones da cidade-luz, ficou apagada. Em Roma, a prefeitura foi iluminada com as cores azul, branca e vermelha. Em Brasília, a embaixada francesa adotou um minuto de silêncio, assim como em outras partes do planeta. As homenagens às vítimas do atentado se reproduziram globalmente, em repúdio ao terrorismo. Fontes oficiais afirmam que um dos autores, de origem franco-argelina, recebeu treinamento militar da Al-Qaeda no Iêmen. (Correio Braziliense. 9/1/2015 (com adaptações))

Considerando o fragmento de texto acima como referência e os múltiplos aspectos relacionados ao tema por ele abordado, assinale a alternativa incorreta.

A) O texto remete aos recentes atentados terroristas ocorridos em Paris, cujos alvos foram a redação da revista Charlie Hebdo — que resultou na morte de vários de seus mais conhecidos colaboradores — e uma mercearia especializada na venda de alimentos voltados para o público judeu.

B) Há consenso entre os especialistas de que as ações terroristas protagonizadas por seguidores radicais do Islã, como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda, refletem um choque de civilizações no qual o Oriente se insurge contra a histórica dominação ocidental.

C) A expressão *je suis Charlie* (eu sou Charlie), presente em cartazes logo nas primeiras manifestações de repúdio aos atos de terror na capital francesa, passou a ser utilizada em várias regiões do planeta como forma de solidariedade aos jornalistas mortos. Por meio da expressão, afirma-se que a violência praticada ultrapassa suas vítimas diretas, atingindo a todos indistintamente.

D) A organização terrorista mencionada no texto foi acusada de ter praticado os atentados contra os Estados Unidos da América no dia onze de setembro de 2001, que destruiu as torres do edifício World Trade Center, em Nova Iorque, e de parte do prédio do Pentágono, em Washington, o que foi reconhecido por Osama Bin Laden.

2. Com a globalização da economia social por meio das organizações não governamentais, surgiu uma discussão do conceito de empresa, de sua forma de concepção junto às organizações brasileiras e de suas práticas. Cada vez mais, é necessário combinar políticas públicas que priorizam modernidade e competitividade com o esforço de incorporação dos setores atrasados, mais intensivos de mão de obra. (Disponível em: <<http://unpan1.un.org>>.)

A respeito dessa temática, avalie as afirmações a seguir.

I - O terceiro setor é uma mistura dos dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o privado, representado pelo empresariado em geral.

II - É o terceiro setor que viabiliza o acesso da sociedade à educação e ao desenvolvimento de técnicas industriais, econômicas, financeiras, políticas e ambientais.

III - A responsabilidade social tem resultado na alteração do perfil cooperativo e estratégico das empresas que têm reformulado a cultura e a filosofia que orientam as ações institucionais.

Está correto o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

3. Importante website de relacionamento caminha para 700 milhões de usuários. Outro conhecido servidor de microblogging acumula 140 milhões de mensagens ao dia. É como se 75% da população brasileira postasse um comentário a cada 24 horas. Com as redes sociais cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas é inevitável que muita gente encontre nelas uma maneira fácil, rápida e abrangente de se manifestar.

Uma rede social de recrutamento revelou que 92% das empresas americanas já usaram ou planejam usar as redes sociais no processo de contratação. Destas, 60% assumem que bisbilhotam a vida dos candidatos em websites de rede social.

Realizada por uma agência de recrutamento, uma pesquisa com 2.500 executivos brasileiros mostrou que 44% desclassificariam, no processo de seleção, um candidato por seu comportamento em uma rede social.

Muitas pessoas já enfrentara, problemas por causa de informações online, tanto no campo pessoal quanto no profissional. Algumas empresas e instituições, inclusive, já adotaram cartilhas de conduta em redes sociais. (POLONI, G. O lado perigoso das redes sociais. Revista INFO, p. 70-75, julho de 2011 - adaptado)

De acordo com o texto,

A) Mais da metade das empresas americanas evita acessar websites de redes sociais de candidatos a emprego.

B) Empresas e instituições estão atentas ao comportamento de seus funcionários em websites de redes sociais.

C) A complexidade dos procedimentos de rastreio e monitoramento de uma rede social impede que as empresas tenham acesso ao perfil de seus funcionários.

D) As cartilhas de conduta adotadas nas empresas proíbem o uso de redes sociais pelos funcionários, em vez de recomendar mudanças de comportamento.

4. Uma ideia e um aparelho simples devem, em breve, ajudar a salvar vidas de recém-nascidos. Idealizado pelo mecânico argentino Jorge Odón, o dispositivo que leva seu sobrenome desentala um bebê preso no canal vaginal - e, por mais inusitado, que pareça, foi criado com base em técnica usada para remover rolhas de dentro de garrafas. O aparelho consiste em uma bolsa plástica inserida em uma proteção feita do mesmo material e que envolve a cabeça da criança. Estando o dispositivo devidamente posicionado, a bolsa é inflada para aderir à cabeça do bebê e ser puxada aos poucos, de forma a não machucá-lo. O método de Odón deve substituir outros já arcaicos como o de fórceps e o de tubos de sucção, os quais, se usados por mãos maltreinadas, podem comprometer a vida do bebê, o que, segundo especialistas, não deve acontecer com o novo equipamento.

Segundo o The New York Times, a ideia recebeu apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS) e já foi até licenciada por uma empresa norte-americana de tecnologia médica. Não se sabe quando o equipamento começará a ser produzido nem o preço a ser cobrado, mas presume-se que ele não passará de 50 dólares, com redução do preço em países mais pobres. (GUSMÃO, G. Aparelho deve facilitar partos em situações de emergência. In: Revista Exame, editora Abril)

Com relação ao texto acima, avalie as afirmações a seguir.

I - A utilização do método Odón poderá reduzir a taxa de mortalidade de crianças ao nascer, mesmo em países pobres.

II - Por ser uma variante dos tubos de sucção, o aparelho desenvolvido por Odón é resultado de aperfeiçoamento de equipamentos de parto.

III - Por seu uso simples, o dispositivo de Odón tem grande potencial de ser usado em países onde o parto é usualmente realizado por parteiras.

IV - A possibilidade de, em países mais pobres, reduzir-se o preço do aparelho idealizado por Odón evidencia preocupação com a responsabilidade social.

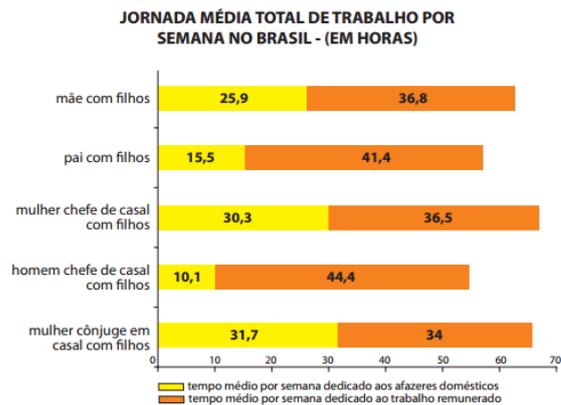
É correto apenas o que afirma em

- A) I e II
- B) I e IV
- C) II e III
- D) I, III e IV

5. As mulheres frequentam mais os bancos escolares que os homens, dividem seu tempo entre o trabalho e os cuidados com a casa, geram renda familiar, porém continuam ganhando menos e trabalhando mais que os homens.

As políticas de benefícios implementadas por empresas preocupadas em facilitar a vida das funcionárias que têm criança pequena em casa já estão chegando ao Brasil. Acordos de horários

flexíveis, programas como o auxílio-creche, auxílio-babá e auxílio-alimentação são alguns dos benefícios oferecidos. (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>)



Considerando o texto e o gráfico, avalie as informações a seguir.

I - O somatório do tempo dedicado pelas mulheres aos afazeres domésticos e ao trabalho remunerado é superior ao dedicado pelos homens, independentemente do formato da família.

II - O fragmento de texto e os dados do gráfico apontam para a necessidade de criação de políticas que promovam a igualdade entre os gêneros no que concerne, por exemplo, ao tempo médio dedicado ao trabalho e remuneração recebida.

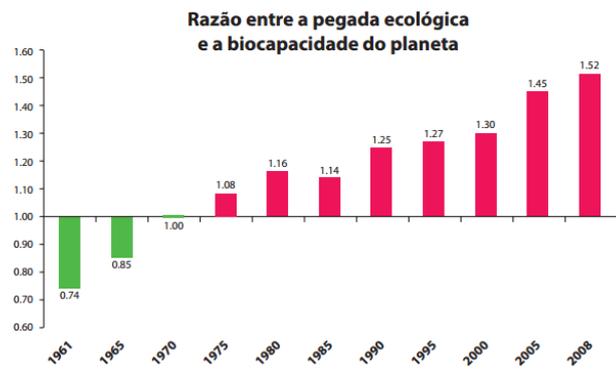
III - No fragmento de reportagem apresentado, ressalta-se a diferença entre o tempo dedicado por mulheres e homens ao trabalho remunerado, sem alusão aos afazeres domésticos.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

6. Pegada ecológica é um indicador que estima a demanda ou a exigência humana sobre o meio ambiente, considerando-se o nível de atividade para atender ao padrão de consumo atual (com a tecnologia atual). É, de certa forma, uma maneira de medir o fluxo de ativos ambientais que necessitamos para sustentar nosso padrão de consumo. Esse indicador é medido em hectare global, medida de área equivalente a 10 000 m². Na medida hectare global, são consideradas apenas as áreas produtivas do planeta. A biocapacidade do planeta, indicador que reflete a regeneração (natural) do meio ambiente, é medida também em hectare global. Uma razão entre pegada ecológica e biocapacidade do planeta igual a 1 indica que a exigência humana sobre os recursos do meio ambiente é a reposta na sua totalidade pelo planeta, devido à capacidade natural de regeneração. Se for maior que 1, a razão indica que a demanda humana é superior à

capacidade do planeta de se recuperar e, se for inferior a 1, indica que o planeta se recupera mais rapidamente.



Disponível em: <http://financasfacis.wordpress.com>. Acesso em: 10 ago. 2014.

O aumento da razão entre a pegada ecológica e a biocapacidade representado no gráfico evidencia

- A) Redução das áreas de plantio do planeta para valores inferiores a 10.000 m² devido ao padrão de consumo de produtos agrícolas.
- B) Aumento gradual da capacidade natural de regeneração do planeta em relação às exigências humanas.
- C) Reposição dos recursos naturais pelo planeta em sua totalidade frente às exigências humanas
- D) Tendência a desequilíbrio gradual e contínuo da sustentabilidade do planeta.

7. O quadro a seguir apresenta a proporção (%) de trabalhadores por faixa de tempo gasto no deslocamento casa-trabalho, no Brasil e em três cidades brasileiras.

Tempo de deslocamento	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Curitiba
Até cinco minutos	12,70	5,80	5,10	7,80
De seis minutos até meia hora	52,20	32,10	31,60	45,80
Mais de meia hora até uma hora	23,60	33,50	34,60	32,40
Mais de uma hora até duas horas	9,80	23,20	23,30	12,90
Mais de duas horas	1,80	5,50	5,30	1,20

CENSO 2010/IBGE (adaptado).

Com base nos dados apresentados e considerando a distribuição da população trabalhadora nas cidades e as políticas públicas direcionadas à mobilidade urbana, avalie as afirmações a seguir.

I - A distribuição das pessoas por faixa de tempo de deslocamento casa-trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro é próxima à que se verifica em São Paulo, mas não em Curitiba e na média brasileira.

II - Nas metrópoles, em geral, a maioria dos postos de trabalho está localizada nas áreas urbanas centrais, e as residências da população de baixa renda estão concentradas em áreas irregulares ou na periferia, o que aumenta o tempo gasto por esta população no deslocamento casa-trabalho e o custo do transporte.

III - As políticas públicas referentes a transportes urbanos, como, por exemplo, o Bilhete Único e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ao serem implementadas, contribuem para redução do tempo gasto no deslocamento casa-trabalho e do custo do transporte.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II apenas.
- D) I, II e III.

8. O trecho da música "Nos bailes da vida", de Milton Nascimento, "todo artista tem de ir aonde o povo está", é antigo, e a música, de tão tocada, acabou por se tornar um estereótipo de tocadores de violões e de rodas de amigos em Visconde de Mauá, nos anos 1970. EM tempos digitais, porém, ela ficou mais atual do que nunca. É fácil entender o porquê: antigamente, quando a informação se concentrava em centros de exposição, veículos de comunicação, editoras, museus e gravadoras, era preciso passar por uma série de curadores, para garantir a publicação de um artigo ou livro, a gravação de um disco ou a produção de uma exposição. O mesmo funil, que poderia ser injusto e deixar grandes talentos de fora, simplesmente porque não tinham acesso às ferramentas, às pessoas, ou às fontes de informação, também servia como filtro de qualidade. Tocar violão ou encenar uma peça de teatro em um grande auditório costumava ter um peso muito maior do que fazê-lo em um bar, um centro cultural ou uma calçada. Nas raras ocasiões em que esse valor se invertia, era justamente porque, para uso do espaço "alternativo", havia mecanismos de seleção tão ou mais rígidos que os do espaço oficial. (RADFAHRER, L. Todo artista tem de ir aonde o povo está. In: Itaú Cultural).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - O processo de evolução tecnológica da atualidade democratiza a produção e a divulgação de obras artísticas, reduzindo a importância que os centros de exposição tinham nos anos 1970.

PORQUE

II - As novas tecnologia possibilitam que artistas sejam independentes, montem seus próprios ambientes de produção e disponibilizem seus trabalhos, de forma simples, para um grande número de pessoas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
 C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

9. O ciclo da política pública pode ser interpretado da seguinte forma: 1) percepção e definição de problemas; 2) agenda-setting (inserção ou exclusão do tema da pauta); 3) elaboração de programas e decisão; 4) implementação de políticas; e 5) avaliação de políticas e eventual correção da ação. Conforme este modelo, o processo de resolução de um problema político consiste de uma sequência de passos, que na prática, não são seguidos à risca pelos atores político-administrativos. Os processos de aprendizagem política e administrativa encontram-se em todas as fases do ciclo, ou seja, a avaliação e correção da ação pode ser feita em todas as etapas, conduzindo a adaptações permanentes dos programas. (FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, v. 21, 2000)

O texto trata do ciclo de políticas públicas, o qual

- A) é um modelo padrão, utilizado pelo Legislativo para fiscalizar obras executadas pelos governos.
 B) induz ao erro político, pois não há espaço para a construção de políticas públicas com efetividade para a população.
 C) é um modelo padrão, utilizado pelos governos para a implementação de políticas públicas, independentemente do contexto.
 D) oferece um quadro de referência para a análise processual da política pública, servindo como um modelo para a avaliação da política pública.

10. A Antropologia e o Direito, cada qual como um domínio do saber, contribuem para a eficácia dos laudos antropológicos. Há regras e expectativas que não se limitam à produção antropológica. A busca e a apresentação de provas durante a perícia não podem ficar restritas ao domínio da teoria antropológica. A Ciência do Direito contribui com a orientação de como proceder na investigação, que leva à apresentação de provas para o conhecimento do Juiz Federal e fornece fundamentos antropológicos ao laudo. O Direito define o que é a perícia. A Etnografia que o antropólogo produz sobre determinado povo indígena contribui para informar sobre o território, a antiguidade da ocupação indígena, a língua falada, ou as línguas faladas (o Kaingang e o português, por exemplo), o tipo de organização social, as relações sociais e de parentesco, o papel da

família, a família nuclear, a família extensa, a monogamia, a poliandria, a poliginia, as relações que se estabelecem entre índios e não índios no contexto das relações interétnicas, ou intratribais, como o povo indígena elabora e manifesta a sua identidade, como explora o meio ambiente, como organiza suas roças, a coleta, a caça, a pesca com armadilhas, observa as plantas, cria saberes sobre as plantas que encontra na natureza, realiza a medicina caseira.

(HELM, C. M. V. A etnografia, a perícia e o laudo antropológico nos processos judiciais. Cadernos da Escola de Direito e relações internacionais, v. 1, n. 15, 2011, p. 5-17)

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A comunidade indígena constitui-se como sujeito de direitos diante de instituições, normas e procedimentos administrativos.

PORQUE

II - Os laudos antropológicos são elaborados com base nas perícias jurídicas e na etnografia produzida por antropólogos sobre determinados povos indígenas.

A respeito das asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
 C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Linguagem Jurídica

11.

Samba do Approach

Venha provar meu brunch
 Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch
 Eu ando de ferryboat
 Eu tenho savoir-faire
 Meu temperamento é light
 Minha casa é hi-tech
 Toda hora rola um insight
 Já fui fã do Jethro Tull
 Hoje me amarro no Slash
 Minha vida agora é cool
 Meu passado é que foi trash
 Fica ligada no link
 Que eu vou confessar, my love
 Depois do décimo drink
 Só um bom e velho engov
 Eu tirei o meu green card
 E fui pra Miami Beach
 Posso não ser pop star

Mas já sou um nouveau riche
 Eu tenho sex-appeal
 Saca só meu background
 Veloz como Damon Hill
 Tenaz como Fittipaldi
 Não dispense um happy end
 Quero jogar no dream team
 De dia um macho man
 E de noite uma drag queen.
 (Zeca Baleiro)

Considerando o texto, avalie as informações a seguir.

I- "(...) Assim, nenhum verbo importado é defectivo ou simplesmente irregular, e todos são da primeira conjugação e se conjugam como os verbos regulares da classe."(POSSENTI, Sírio. Revista Língua. Ano I, n.3, 2006.)

II- "O estrangeirismo lexical é válido quando há incorporação de informação nova, que não existia em português."

III- "O problema do empréstimo lingüístico não se resolve com atitudes reacionárias, com estabelecer barreiras ou cordões de isolamento à entrada de palavras e expressões de outros idiomas. Resolve-se com o dinamismo cultural, com o gênio inventivo do povo. Povo que não forja cultura dispensa-se de criar palavras com energia irradiadora e tem de conformar-se, queiram ou não queiram os seus gramáticos, à condição de mero usuário de criações alheias."

(CUNHA, Celso. A língua portuguesa e a realidade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.)

IV- "Para cada palavra estrangeira que adotamos, deixa-se de criar ou desaparece uma já existente." (PILLA, Éda Heloisa. Os neologismos do português e a face social da língua. Porto Alegre: AGE, 2002.)

O Samba do Approach, de autoria do maranhense Zeca Baleiro, ironiza a mania brasileira de ter especial apego a palavras e a modismos estrangeiros. As assertivas que se confirmam na letra da música são, apenas,

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

12. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. (Leonardo Boff. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. Petrópolis,RJ: Vozes, 1997, p. 9.)

Considerando o fragmento de texto acima apresentado, analise o seguinte enunciado:

Na leitura, fazemos mais do que decodificar as palavras

PORQUE

a imagem impressa envolve atribuição de sentidos a partir do ponto de vista de quem lê.

Assinale a opção correta a respeito desse enunciado.

(A) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda não é justificativa correta da primeira.

(B) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

(C) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.

(D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.

Texto para as questões 13 e 14:

Em relação aos estigmas linguísticos, vários estudiosos contemporâneos julgam que a forma como olhamos o "erro" traz implicações para o ensino de língua.

A esse respeito leia a seguinte passagem, adaptada da fala de uma alfabetizadora de adultos, da zona rural, publicada no texto Lé com Lé, Cré com Cré, da obra "O Professor Escreve sua História", de Maria Cristina de Campos. "Apresentei-lhes a família do Ta, Te, Ti, To, Tu.

De posse desses fragmentos, pedi-lhes que formassem palavras, combinando-os de forma a encontrar nomes de pessoas ou objetos com significação conhecida. Lá vieram Totó, Tito, tatu e, claro, em meio à grande alegria de pela primeira vez escrever algo, uma das mulheres me exibiu triunfante a palavra teto.

Emocionei-me e aplaudi sua conquista e convidei-a a ler para todos.

Sem nenhum constrangimento, vitoriosa, anunciou em alto e bom som: "teto é aquela doença ruim que dá quando a gente tem um machucado e não cuida direito". (Maria Eunice Moreira, Marisa Magnus Smith e Jocelyne da Cunha Bocchese (Orgs.)

13. Considerando o contexto do ensino de língua descrito no texto acima, analise o seguinte enunciado:

O uso de "teto" em lugar de tétano não deve ser considerado desconhecimento da língua

PORQUE

esse uso revela a gramática interna da aluna.

Assinale a opção correta a respeito desse enunciado.

(A) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

(B) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é justificativa correta a primeira.

(C) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.

(D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.

14. O fenômeno sociolinguístico constituído pela passagem da proparoxítona “tétano” para a paroxítona “teto”, na variedade apresentada, é observado também no emprego de:

- (A) “mortandela” em lugar de mortadela, e “cunzinha” em vez de cozinha.
 (B) “paia” em lugar de palha, e “fio” em lugar de filho.
 (C) “figo” em lugar de fígado, e “arvre” em vez de árvore.
 (D) “bandeija” em lugar de bandeja, e “naiscer” em lugar de nascer.

15. Analise a charge abaixo para responder à questão:



Disponível em <http://dukechargista.com.br/>

A charge de Duke utiliza as linguagens verbal e não verbal para tecer uma crítica social e política. As charges utilizam os recursos do desenho e do humor para tecer algum tipo de crítica a diversas situações do cotidiano. Sobre a charge do chargista Duke, analise as seguintes afirmações e julgue aquelas que são verdadeiras:

- I. Através da expressão do torcedor, podemos notar que ele se encontra entusiasmado com a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil;
 II. Através da gradação na mudança de expressão do torcedor, podemos perceber que ele possui uma visão crítica sobre a realização da Copa no Brasil;

III. Não podemos afirmar que exista qualquer tipo de comentário crítico nas entrelinhas da charge, pois essa tem apenas a função de divertir o leitor;
 IV. Podemos inferir que o entusiasmo inicial pela realização dos jogos no Brasil foi substituído por uma postura pessimista por parte da personagem retratada.

São verdadeiras:

- a) I e III.
 b) I, IV e III.
 c) II e IV.
 d) I, II e IV.

16. TEXTO I

“No seu conjunto, a linguagem jurídica é uma linguagem prática. Ela está a serviço do direito. Ela é ordenada à criação e à realização do direito. Mas esta destinação global não impede que a linguagem jurídica assuma uma pluralidade de funções; pelo contrário, unida ao direito, do qual é a expressão, a linguagem assume as diversas funções.

Assim, parece de início que a linguagem jurídica, instrumento de elaboração da lei (no sentido genérico do termo), do julgamento, das convenções e mesmo da literatura jurídica, participa das funções legislativa, judiciária, da atividade contratual, da criação doutrinária, da ação administrativa. A linguagem acompanha todas as fontes e vias do direito. Ela circula em todos os canais da criação e da realização do direito.”

Texto II

“A linguagem do direito compreende, pois, vários níveis. A suposição global de uma única realidade é substituída pela observação de muitos níveis lingüísticos. Não existe uma linguagem jurídica, mas uma linguagem legislativa, uma linguagem judiciária, uma linguagem convencional, uma linguagem administrativa, uma linguagem doutrinária. O estudo do discurso jurídico não pode ser feito a não ser por nível de linguagem.” (Português forense: língua portuguesa para curso de direito / João Bosco Medeiros, Carolina Tomasi, 2013).

Assim, levando-se em consideração que a finalidade é que atribui a juridicidade à linguagem jurídica, pode-se detalhar seus níveis em:

- I- linguagem legislativa — a linguagem dos códigos, das normas; sua finalidade: criar o direito;
 II - linguagem judiciária, forense ou coloquial — é a linguagem dos processos; sua finalidade é aplicar o direito;
 III - linguagem convencional ou contratual — é a linguagem dos contratos, por meio dos quais se criam direitos e obrigações entre as partes;
 IV - linguagem doutrinária — é a linguagem dos mestres, dos doutrinadores, cuja finalidade é explicar os institutos jurídicos, é ensinar o direito;

V - linguagem cartorária ou notarial — a linguagem jurídica que tem por finalidade registrar os atos de direito.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I, II e V
- B) II, III e IV
- C) III, IV e V
- D) I, III, IV e V

17. Texto I

“No campo da hermenêutica jurídica, ou ciência que estuda a interpretação e aplicação das leis, os paradoxos existem na tradução do que se encontra escrito para o conceito do aplicador do Direito. Isto, quando há norma escrita. Em não havendo, mais paradoxos passam a existir, pois a busca por lei análoga ou pelos princípios gerais do Direito forma um conjunto vasto de interpretação e uma variedade elástica da concretização do que há na face abstrata. Algumas leis são feitas com uso de termos que têm acepções várias.”

Texto II

“A língua portuguesa, como se sabe, contém termos de entendimento mais imediato e outros cujo discernimento exige um estudo mais metucioso, mais profundo. Tendo como berço o latim clássico e vulgar, e ainda entremeada de legados linguísticos de idiomas como o africano, o árabe, o tupi e os dialetos crioulos (mistura da romanização com as línguas locais) de diversos lugares, a língua portuguesa do Brasil reserva algumas dificuldades aos seus usuários. Em verdade, a norma culta da língua portuguesa (como um todo e não somente a falada no Brasil) não é a que se aprende em casa: para bem saber o idioma portugalense há de frequentar escolas e estudá-lo bem; exatamente como necessário à aquisição de uma segunda língua.

Por todas as dificuldades já expostas, a interpretação das leis brasileiras é um exercício que exige técnica e estudos próprios. E, pelos mesmos motivos, as interpretações são alcançadas pelas visões diversas, pelas interferências pessoais no que, inicialmente, tentou-se escrever. E isto justifica o uso da interferência polissêmica como a maior responsável pela criação de paradoxos na interpretação do Direito brasileiro.”

Fontes: www.oabgo.org.br, www.tjdft.jus.br, www.fdv.br.

O fenômeno linguístico do qual trata os textos é:

- A) Sinonímia
- B) Paronímia
- C) Polissemia
- D) Ambiguidade

18. O senhor

Carta a uma jovem que, estando em uma roda em que dava aos presentes o tratamento de você, se dirigiu ao autor chamando-o “o senhor”:

Senhora:

Aquele a quem chamastes senhor aqui está, de peito magoado e cara triste, para vos dizer que senhor ele não é, de nada, nem de ninguém.

Bem o sabeis, por certo, que a única nobreza do plebeu está em não querer esconder sua condição, e esta nobreza tenho eu. Assim, se entre tantos senhores ricos e nobres a quem chamáveis você escolhestes a mim para tratar de senhor, é bem de ver que só poderíeis ter encontrado essa senhoria nas rugas de minha testa e na prata de meus cabelos. Senhor de muitos anos, eis aí; o território onde eu mando é no país do tempo que foi. Essa palavra “senhor”, no meio de uma frase, ergueu entre nós um muro frio e triste.

Vi o muro e calei: não é de muito, eu juro, que me acontece essa tristeza; mas também não era a vez primeira.

(BRAGA, R. A borboleta amarela. Rio de Janeiro: Record, 1991.)

A escolha do tratamento que se queira atribuir a alguém geralmente considera as situações específicas de uso social. A violação desse princípio causou um mal-estar no autor da carta. O trecho que descreve essa violação é:

- A) “Essa palavra, ‘senhor’, no meio de uma frase ergueu entre nós um muro frio e triste.”
- B) “A única nobreza do plebeu está em não querer esconder a sua condição.”
- C) “Só poderíeis ter encontrado essa senhoria nas rugas de minha testa.”
- D) “Não é de muito, eu juro, que acontece essa tristeza; mas também não era a vez primeira.”

19. Desabafo

Desculpem-me, mas não dá pra fazer uma cronicazinha divertida hoje. Simplesmente não dá. Não tem como disfarçar: esta é uma típica manhã de segunda-feira. A começar pela luz acesa da sala que esqueci ontem à noite. Seis recados para serem respondidos na secretária eletrônica. Recados chatos. Contas para pagar que venceram ontem. Estou nervoso. Estou zangado. (CARNEIRO, J. E. Veja, 11 set. 2002 (fragmento).) Nos textos em geral, é comum a manifestação simultânea de várias funções da linguagem, com o predomínio, entretanto, de uma sobre as outras. No fragmento da crônica “Desabafo”, a função da linguagem predominante é a emotiva ou expressiva, pois

- A) O discurso do enunciador tem como foco o próprio código.
- B) A atitude do enunciador se sobrepõe àquilo que está sendo dito.
- C) O interlocutor é o foco do enunciador na construção da mensagem.
- D) O referente é o elemento que se sobressai em detrimento dos demais.

20. Assinale a alternativa em que a palavra em itálico foi corretamente grafada:

- Porquê, com a abertura da nossa economia, não aproveitaram para importar outro povo?
- Com a abertura da nossa economia, por quê não aproveitaram para importar outro povo?
- Com a abertura da nossa economia, não aproveitaram para importar outro povo. Porquê?
- Não entendi o porque de não importarem outro povo, com a abertura da nossa economia.

Constitucional

21. "A excessiva demora do Legislativo em aprovar uma proposta de criminalização da homofobia permite que o Supremo Tribunal Federal atue por conta própria para fixar regras contra essa conduta. É o que diz o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em parecer enviado ao STF após processo apresentado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

Para Janot, a corte pode antecipar-se ao Congresso e utilizar o texto da Lei de Racismo a quem cometer crimes resultantes de discriminação motivada por identidade ou orientação sexual.

Segundo o procurador-geral, o preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais viola direitos fundamentais do cidadão e exige medida urgente. Além disso, ele disse que o Mandado de Injunção estabelecido na Constituição Federal permite o "diálogo institucional entre os poderes" e "a possibilidade de construção normativa no controle de constitucionalidade".

(Disponível: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-20/pgr-muda-opinioao-cabe-supremo-criminalizar-homofobia>>) (texto adaptado)

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - De acordo com o exposto acima, A PGR entende que é possível acolher o pedido de aplicação da Lei 7.716/1989 (Lei de Racismo) para todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente), das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões, ameaças e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima, por meio da técnica de interpretação conforme a Constituição

PORQUE

II - A necessária criminalização da homofobia e da transfobia não foi deixada apenas à discricionariedade política do legislador pela Constituição da República de 1988, a qual dispôs expressamente a respeito da punição de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, no art. 5º, XLI, constituindo um mandado expresso de criminalização.

A respeito das asserções, assinale a opção correta.

- as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

22.



"Caso paradigmático do beco sem saída da interpretação nacionalista dos tratados ocorreu recentemente, no chamado Caso da Guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez, um tema (superação – ou não – da anistia a agentes da ditadura militar brasileira) foi analisado pelo Supremo Tribunal e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No âmbito do STF, A ADPF n. 153 pleiteava que fosse interpretado o parágrafo único do art. 1º da lei 6.683 de 1979 conforme a Constituição de 1988, de modo a declarar, à luz de seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão (civis ou militares) contra opositores políticos, durante o regime militar. O STF julgou em 28 de abril de 2010 a referida Lei constitucional.

Por sua vez, em 26 de março de 2009, a Comissão Interamericana de Direitos humanos processou o Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (guardiã da Convenção Americana de Direitos humanos), invocando, ao seu favor, a copiosa jurisprudência daquela Corte contrária às leis de anistia e favorável ao dever de investigação, persecução e punição penal dos violadores de Direitos Humanos. Para a Comissão, o Brasil deve responder pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, membros do PCdoB, como resultado de operações do Exército brasileiro empreendidas entre 1972 e 1975 com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia, no contexto da ditadura militar do Brasil. Ainda segundo a petição inicial da Comissão, o Estado deve ser responsabilizado

internacionalmente por não ter realizado uma investigação penal com o objetivo de julgar e sancionar os responsáveis pelo desaparecimento forçado das vítimas. Também a Comissão considerou que os recursos judiciais de natureza civil com vistas a obter informação sobre os fatos não foram efetivos para garantir aos familiares das vítimas o acesso à informação sobre a Guerrilha do Araguaia. Por fim, a impunidade dos responsáveis e a falta de acesso à justiça, à verdade e à informação, violaram o direito à integridade psíquica dos familiares dos desaparecidos e da pessoa. Em 24 de novembro de 2010, meses após a decisão do STF, a Corte condenou o Brasil, julgando a Lei de Anistia incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos. (RAMOS, A. C. Pluralidade das ordens jurídicas: uma nova perspectiva na relação entre o Direito Internacional e o Direito Constitucional. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo, v. 106/107, jan/dez. 2011/2012) (adaptado)

A partir da charge e do texto assinale a opção correta:

A) Há um conflito insolúvel entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos no que tange à aplicabilidade da lei da anistia.

B) O aparente conflito entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos poderia ter sido solucionado de forma preventiva, por meio do Diálogo das cortes, se o STF tivesse utilizado das posições dos diversos órgãos internacionais de Direitos Humanos aos quais o Brasil já se submeteu na fundamentação de sua decisão.

C) Não se pode falar no Brasil na existência de um controle de convencionalidade de atos normativos internos em face de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário.

D) Deve prevalecer, no caso, a decisão do STF, em razão da soberania nacional.

23. Acerca da ADI, da ADC e da ADPF, assinale a opção correta.

A) Omissão legislativa federal ou estadual que obste a efetividade da CF pode ser objeto de ADI, mas não o pode a omissão administrativa.

B) Podem ser objeto de ADI, entre outros, os atos normativos editados por pessoas jurídicas de direito público, sejam elas federais ou estaduais.

C) Segundo entendimento do STF, todos os legitimados para propor ADI possuem capacidade processual plena e podem subscrever a peça inicial da ação sem auxílio de advogado.

D) Declarada a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em ADC, nova análise contestatória da matéria só poderá ser feita mediante a decisão de dois terços dos membros do STF.

24. A respeito da ordem constitucional brasileira, assinale a opção correta.

A) Não se considera o município entidade federativa, embora se reconheça que ele dispõe de capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.

B) As formas de Estado e de governo adotadas na CF são consideradas, devido a previsão expressa, cláusulas pétreas.

C) Quanto ao modo de elaboração, a CF é uma Constituição dogmática, na medida em que se apresenta como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de valores predominantes em determinado momento histórico.

D) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser novamente apresentada na mesma legislatura.

25. Com base no disposto na CF a respeito da competência dos estados-membros e dos municípios e do procedimento de intervenção federal e estadual, assinale a opção correta.

A) Cabe, em todos os casos, ao presidente da República a iniciativa de decretação de intervenção federal nos estados e no DF, competindo-lhe, ainda, formalizá-la mediante decreto.

B) A intervenção nos municípios cabe somente aos estados-membros, salvo em municípios localizados nos territórios federais, caso em que a concretização da intervenção compete ao Senado Federal.

C) A fiscalização do município compete à assembleia legislativa do respectivo estado, mediante controle externo, com o auxílio dos tribunais de contas dos estados ou do município ou dos conselhos ou tribunais de contas dos municípios, onde houver.

D) O poder de instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, é dos estados, que devem editar lei complementar para fazê-lo

26. Considerando os critérios de classificação das constituições assinale as afirmações a seguir:

I - Constituições promulgadas são impostas pelos governantes, elaboradas sem a participação do povo. O líder político, ou grupo instalado no poder, decreta a Constituição do país, que, em geral, possui traços autoritários. Na história Brasileira há três constituições formalmente outorgadas.

II – Constituições ditas “normativas” são as que efetivamente conformam o processo político e as relações sociais, sendo objeto de plena observância pela sociedade. As relações de poder, de fato, se desenvolvem em conformidade com as regras e os princípios fixados no texto constitucional.

III – As constituições “garantia” apenas estruturam e limitam o exercício do poder político. São

constituições liberais, sintéticas, em regra, cuja função é estabelecer anteparos de proteção do indivíduo contra o poder do Estado e organizar o governo com base no compromisso com a moderação.

IV – A “rigidez” constitucional que fora proposto por James Bryce, para quem a característica específica dessas constituições “reside no fato de que estas constituições possuem uma autoridade superior à das outras leis do Estado, e podem ser alteradas através de método diferente daquele através dos quais as outras leis podem ser editadas ou revogadas”.

Com base nas afirmações, marque a alternativa correta:

- A) I e II estão corretas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) II, III e IV estão corretas.
- D) Todas estão corretas.

27. Com base no histórico das Constituições Brasileiras, analise as afirmações a seguir:

I - Meses antes da proclamação da independência, já estava prevista a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte no Brasil, que havia sido convocada por meio de decreto expedido em 1822, e as eleições ocorreram em 07 de setembro e em maio de 1823. Como não era mais possível o retorno puro e simples ao absolutismo, que encontrava limites no enraizamento de algumas conquistas do liberalismo, desenhava-se uma fórmula compromissória que envolvesse a participação efetiva do monarca no exercício do poder.

II – O texto de 1981, apesar de mais analítico, era fortemente inspirado na Constituição norte-americana, da qual o jurista baiano, Ruy Barbosa, era profundo admirador.

III – A Constituição de 1946 buscou conciliar liberalismo político e democracia com o Estado Social.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a assertiva I está incorreta.
- B) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
- C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

28. A palavra "neoconstitucionalismo" não é empregada no debate constitucional norte-americano, nem tampouco no que é travado na Alemanha. Trata-se de um conceito formulado sobretudo na Espanha e na Itália, mas que tem reverberado bastante na doutrina brasileira nos últimos anos, sobretudo depois da ampla divulgação que teve aqui a importante coletânea intitulada Neoconstitucionalismo(s), organizada pelo jurista mexicano Miguel Carbonell, e publicada na Espanha em 2003(SARMENTO, Daniel. “O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e possibilidades”. In: SARMENTO, Daniel. Filosofia e Teoria Constitucional Contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Até a Segunda Guerra Mundial não se atribuía força normativa às constituições e aos princípios jurídicos e não se considerava como importantes no processo de aplicação do Direito.

PORQUE

II - Prevalencia no velho continente (países romano-germânicos) uma cultura jurídica essencialmente legicêntrica, que tratava a lei editada pelo parlamento como a fonte principal - quase como a fonte exclusiva - do Direito

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

29. "A Carta de 1988 é, sem nenhuma dúvida, uma Constituição que tem os olhos postos no futuro – embora ela não deixe de conter também um acerto de contas com o passado. Trata-se de uma ordem constitucional que se propõe a ambiciosa empreitada de reconstruir o Estado e a sociedade brasileira sobre bases mais justas e equânimes; de refundar a República a partir de um projeto solidário e inclusivo. É evidente, no entanto, que entre a promessa constitucional e a realidade, medeia um espaço às vezes grande demais, que não será transposto apenas pelo voluntarismo do intérprete. Não se nega aqui que a exacerbação da dimensão utópica da Constituição encerra riscos que não podem ser negligenciados, dentre os quais a própria erosão da sua força normativa. Podemos, assim, conjugar a percepção sobre a reverência devida ao constituinte derivado, como expressão do direito democrático à autodeterminação das gerações presentes e futuras – o que enseja uma interpretação não maximadora das cláusulas pétreas". (SARMENTO, Daniel. Direito adquirido, emenda constitucional, democracia e justiça social. Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado. N.º 12, ISSN 1981-1888. Salvador-BA, 2008).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A visão de que o direito adquirido configura uma garantia constitucional importante, mas que não foi posto pelo constituinte num pedestal, acima dos demais direitos fundamentais e interesses constitucionais e a noção de que a Constituição de 1988 propõe-se, essencialmente, a modificar as estruturas sociais e não a conservá-las nos leva a

entender que os direitos adquiridos não são um limite para constituinte derivado.

PORQUE

II - Sujeitar as emendas à Constituição ao acatamento incondicionado de todos os direitos adquiridos no passado é fazer pouco do direito de cada geração de construir seu próprio caminho, mas é também, e acima de tudo, eternizar um *status quo* rebelde às dimensões transformadoras que, por imperativo constitucional, devem estar presentes no direito brasileiro.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

30. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA.

I - Norma constitucional de eficácia plena é aquela que contém todos os elementos necessários para a pronta e integral aplicabilidade dos efeitos que dela se esperam.

II - Norma constitucional de eficácia limitada é uma norma de eficácia plena, que opera todos os efeitos desde sua entrada em vigor. No entanto, o legislador está autorizado a reduzi-la.

III - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que não contém todos os elementos necessários à sua integral aplicabilidade, porque ela depende da interposição do legislador.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.

Direito Civil

31. Quanto aos atos ilícitos e ao abuso de direito, assinale a opção correta:

- a) Para se caracterizar o ato ilícito, ainda que não tenha causado efetivo prejuízo, é necessária no momento da conduta, a verificação de dolo ou culpa por parte do agente.
- b) O abuso de direito caracteriza-se não pela incidência da violação formal a direito, mas pela extrapolção dos limites impostos pelo ordenamento jurídico para o seu exercício.
- c) O abuso de direito configura-se como ato ilícito e a responsabilidade dele decorrente depende de dolo ou culpa. Assim, para o reconhecimento desse ato ilícito, é imprescindível que o agente tenha a intenção de prejudicar um terceiro.

d) É essencial a prova de que o agente tinha a intenção de prejudicar o terceiro, seja na prática do ato ilícito como na conduta abusiva.

32. A partir da compreensão dos institutos da prescrição e da decadência, marque a alternativa correta:

- a) Os variados prazos ditados pelos artigos 205 e 206 do Código Civil, por não se reportarem a direitos potestativos, são considerados, pois, como prescricionais extintivos.
- b) Os prazos considerados decadenciais do Código Civil são aplicáveis aos denominados direitos potestativos, ou seja, são direitos subjetivos que exigem do outro uma contraprestação ou um dever específico.
- c) Todo prazo considerado prescricional está ligado a uma pretensão, ou seja, ao poder que alguém tem de opor-se a uma violação sofrida, prazos estes que se encontram na parte especial do Código Civil.
- d) O magistrado não poderá, de ofício, reconhecer a prescrição de direitos, salvo aqueles não patrimoniais ou os concernentes aos absolutamente incapazes.

33. O artigo 108 do Código Civil de 2002 estabelece que: "Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País".

Analise a situação abaixo:

Duas pessoas maiores e capazes celebraram um contrato de compra e venda de um imóvel avaliado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), documentando o ato por meio de instrumento particular. Posteriormente, falecido o vendedor, os seus herdeiros apontaram a invalidade do ato por impropriedade da forma.

Com base no artigo transcrito acima e na situação relatada é correto afirmar que:

- a) O Código Civil prestigia o princípio da conservação dos atos jurídicos, porém não previu meio de conservar negócios jurídicos eivados de nulidade absoluta.
- b) Ao juiz caberá declarar de ofício a nulidade absoluta do negócio jurídico, não podendo, no caso apresentado, aproveitar a vontade válida declarada no instrumento particular a pedido do contratante interessado.
- c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo, mas, nesse caso é possível uma nova qualificação desse negócio jurídico que seria eivado de nulidade absoluta.
- d) Um acordo de vontades não pode contrariar dispositivo legal sob pena de nulidade absoluta.

34. Mariana locou uma casa de Francisco, morando no referido imóvel no período de

01/02/2012 a 30/09/2012, sendo que o aluguel vence todo dia 05 de cada mês. Ocorre que Mariana se mudou e não pagou o último mês que morou no imóvel de Francisco. Na data de 10/10/2015, Francisco resolveu cobrar de Mariana o mês não pago. Levando em consideração que o Código Civil prevê para essa hipótese prazo prescricional de 03 anos, é correto afirmar que:

- a) A pretensão de Francisco está extinta em razão de não ter exercido seu direito potestativo dentro de um prazo legal.
- b) Mariana é titular de um direito potestativo, razão pela qual pode renunciar ao direito de alegar a prescrição, e pagar a dívida prescrita.
- c) A renúncia por Mariana valerá, pois basta, para tanto, apenas que o prazo prescricional tenha sido consumado.
- d) Mariana e Francisco não poderão estabelecer um prazo maior para a extinção da pretensão, mesmo não prejudicando direitos de terceiros.

35. Em relação às invalidades do negócio jurídico, analise as assertivas abaixo:

I – A arguição de nulidade de um negócio jurídico, ao contrário da anulabilidade não está sujeita a prazo.

II – A nulidade alcança as hipóteses em que a lei taxativamente declarar o ato ou o negócio nulo, bem como aquele praticado para fraudar lei imperativa.

III – As nulidades do negócio jurídico devem ser pronunciadas de ofício pelo juiz, que também as pode sanar.

IV – Será nulo o negócio jurídico se o motivo determinante de uma das partes for ilícito.

V – Não será anulável o negócio jurídico se for preterida alguma formalidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Das proposições acima:

- (a) Duas são verdadeiras e três são falsas.
- (b) Duas são falsas e três são verdadeiras.
- (c) Quatro são verdadeiras e uma é falsa.
- (d) Quatro são falsas e uma é verdadeira.

36. Florinda contratou com Casa das Pedras a entrega e instalação de pingadeiras em sua residência, ainda em construção. Para o caso de mora da empresa, as partes estipularam penalidade no valor da obrigação principal. De acordo com o Código Civil, tal penalidade

- a) não é excessiva, a princípio, nem afasta o direito de Florinda exigir a entrega e instalação das pingadeiras, juntamente com a satisfação da pena cominada, que deverá ser reduzida de maneira equitativa, pelo juiz, caso se afigure desproporcional para a natureza e finalidade do negócio ou se a obrigação principal houver sido cumprida em parte.
- b) é excessiva, pois supera trinta por cento da obrigação principal, devendo ser reduzida a este patamar, e afastando, caso exigida, o direito de

Florinda requerer a entrega e instalação das pingadeiras.

c) não é excessiva nem pode ser reduzida de maneira equitativa, pelo juiz, mas, caso exigida, afasta o direito de Florinda requerer a entrega e instalação das pingadeiras.

d) é excessiva, pois supera trinta por cento da obrigação principal, devendo ser reduzida a este patamar, porém não afastando, caso exigida, o direito de Florinda requerer a entrega e instalação das pingadeiras.

37. André e Bernardo, filhos de Carla e Daniel, obrigaram-se solidariamente perante Eduardo e Fernando a entregar-lhes dez sacas de café em dezembro de 2014. No entanto, por problemas na colheita, André e Bernardo ficaram impossibilitados de cumprir com a entrega das sacas. Para ajudar seus filhos, como proposta, Carla e Daniel obrigaram-se solidariamente a dar quarenta sacas de milho em substituição à antiga obrigação. Eduardo e Fernando aceitaram a proposta e, assim, adimpliram a dívida de André e Bernardo.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta no que se refere à teoria das obrigações.

a) A existência de solidariedade ativa permite que Eduardo oponha a Fernando exceção pessoal que tenha em relação a André.

b) Na obrigação da entrega das dez sacas de café, a solidariedade de André e Bernardo é presumida, não havendo necessidade de que ela seja constituída por um ato de vontade das partes.

c) Caso houvesse a conversão em perdas e danos, o vínculo de solidariedade de André e Bernardo deveria ser afastado, de forma que Eduardo e Fernando só poderiam exigir de cada devedor a metade do valor total.

d) O acordo de Eduardo e Fernando com Carla e Daniel, que substituiu a obrigação da entrega das dez sacas de café pela entrega de quarenta sacas de milho, independe da concordância de André e Bernardo.

38. Assinale a opção correta acerca da transmissão das obrigações nos termos do Código Civil.

a) Salvo disposição em contrário, a cessão de um crédito não abrange seus acessórios.

b) Na assunção de dívida, o novo devedor pode opor ao credor as exceções, de qualquer natureza, que competiam ao devedor primitivo.

c) A cessão de crédito tem plena e imediata eficácia em relação ao devedor, independentemente de este ter sido notificado da cessão feita ou ter dado ciência dessa cessão.

d) O silêncio do credor notificado da assunção de dívida deve ser interpretado como recusa, mas, na hipótese de assunção de débito garantido por hipoteca, o silêncio, decorrido o prazo de trinta dias, deve ser interpretado como anuência.

39. Em relação ao inadimplemento das obrigações, está incorreto afirmar:

- a) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária e honorários advocatícios.
- b) O devedor, que se obriga a não praticar dado ato, será tido como inadimplente, a partir da data em que veio a executar, dolosamente, ato de que deveria abster-se, violando o dever de non facere.
- c) Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.
- d) Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

40. No que se refere aos direitos das obrigações, assinale a opção correta.

- a) Para ter direito a exigir a pena convencional, o credor deve alegar e provar o prejuízo.
- b) A obrigação de ônus real é aquela que, sem perder a característica de direito pessoal, também é oponível a terceiros, em razão de seu registro, a exemplo do contrato de locação, quando registrado em cartório.
- c) O elemento imaterial das obrigações é o vínculo jurídico dos sujeitos ao objeto, tendo sido adotada, no ordenamento jurídico brasileiro, a teoria dualista ou binária, segundo a qual esse vínculo tem duas relações: a primeira, relativa ao dever do sujeito passivo de satisfazer a prestação em face do devedor, e a segunda, relacionada à autorização dada pela lei ao credor que tenha experimentado o inadimplemento de constranger o patrimônio do devedor.
- d) Considere que João deva entregar a Pedro, Jorge e Tiago um cavalo cujo valor equivalha a R\$ 30.000,00 e que Pedro remita o débito. Nesse caso, Jorge e Tiago, ao exigir o cavalo, não são obrigados a indenizar João, em dinheiro, pela parte que Pedro lhe tenha perdoado.

Filosofia

41. Considerando os conceitos de direito e de moral, assinale a opção correta à luz da filosofia do direito.

- a) Kant desenvolveu a teoria do mínimo ético, segundo a qual o direito representa todo o conteúdo moral obrigatório para que a sociedade possa sobreviver minimamente.
- b) Hans Kelsen formulou a teoria da bilateralidade atributiva, asseverando que a moral não se distingue do direito, mas o complementa por meio da bilateralidade ou intersubjetividade.
- c) Christian Thomasius propôs a distinção entre o direito e a moral, sob a inspiração pufendorfiana, com base na ideia de coação.
- d) Thomas Hobbes desenvolveu a teoria da atributividade, segundo a qual direito e moral estão inter-relacionados, tendo ambos origem no direito natural.

42. Ao comentar a doutrina aristotélica da justiça, Tercio Sampaio Ferraz Júnior, em sua obra Estudos de Filosofia do Direito, indica aquele que seria o "preceito básico do direito justo, pois só por meio dele a justiça se revelaria em sua atualidade plena". Este preceito, que também pode ser definido como "uma feliz retificação do justo estritamente legal" ou ainda "o justo na concretude", é denominado

- a) dignidade.
- b) vontade.
- c) equidade.
- d) piedade.

43. A palavra política é empregada ora para significar uma atividade específica (o governo), realizada por certo tipo de profissional (o político), ora para significar uma ação coletiva (o movimento estudantil nas ruas, por exemplo) de reivindicação de alguma causa, feita por membros da sociedade e dirigida aos governos ou ao Estado. Afinal, a política é uma profissão entre outras ou é uma ação que todos os indivíduos realizam quando se relacionam com o poder? A política refere-se às atividades de governo ou a toda ação social que tenha como alvo ou como interlocutor o governo ou o Estado?

Considerando o texto acima e os múltiplos aspectos que ele suscita, julgue as assertivas a seguir.

I - Com relação à postura do governante diante da ideia de fortuna, Maquiavel afirma que é melhor ser impetuoso que cauteloso, pois o ímpeto é uma virtude política, enquanto a cautela é uma virtude econômica.

II - Para Aristóteles, tanto a alma quanto a cidade constituem-se de estrutura tripartite: a alma é formada por três partes e a cidade, por três tipos de cidadãos. A cada parte da alma corresponderia um tipo de cidadão e apenas um desses tipos de cidadão seria apto para governar a cidade, o filósofo.

III - Diferentemente de Platão, que enfatiza a necessidade da formação filosófica do governante na aquisição de aptidão para governar a cidade, Aristóteles propõe que as instituições é que devem funcionar da melhor maneira possível para a excelência da governança política.

IV - A expressão "os fins justificam os meios", citada textualmente na obra O príncipe, de Maquiavel, indica que a legitimidade de um governo deve ser garantida, mesmo que sejam utilizadas estratégias impopulares, para que, ao fim, sejam garantidos os melhores resultados ao povo. Nesse sentido, a ideia de que é melhor ser temido que ser amado busca garantir que os efeitos do uso da força para o governo sejam constantemente vinculados à soberania do governante, associado fundamentalmente ao poder econômico e religioso.

- a) As assertivas I e IV são verdadeiras.
 b) Apenas a assertiva III é verdadeira.
 c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
 d) A assertiva III é falsa.

44. Para Sartre, a liberdade não pode mais ser condicionada por algum tipo de determinismo. A partir da assunção de que não existe um Deus responsável por guiar nossas ações, a liberdade torna-se um incondicionado em relação ao mundo natural. Nesse sentido, Sartre afirma que o homem não pode não ser livre, ou seja, a liberdade do homem tem caráter ontológico. O sentimento de angústia é, para esse autor, derivado da consciência dessa liberdade sem amarras ontológicas. A má-fé seria justamente o ato de negar, conscientemente, essa liberdade que, por ser ontológica, é inescapável. A liberdade individual, entretanto, não é um incondicionado em geral, está relacionada também à liberdade dos outros, levando, assim, o filósofo a caracterizar a existência humana como conflito entre liberdades.



Internet: <ultralafa.wordpress.com>

Considerando-se que as análises de Sartre, influenciadas pelo existencialismo, remetiam a situações ordinárias da vida humana, é correto afirmar que a ideia desse autor representada na tira acima é a

- a) da má-fé.
 b) do conflito.
 c) da angústia.
 d) do determinismo.

45. À luz das regras lógicas do silogismo categórico, analise as seguintes premissas:

Algum ministro não é honesto
 Ora, todo ministro é poderoso.

Assinale a opção que apresenta a conclusão que, juntamente com as premissas apresentadas, torna o argumento válido.

- a) Logo, algum ministro é honesto.
 b) Logo, todo honesto é poderoso
 c) Logo, algum poderoso não é honesto.
 d) Logo, algum honesto não é poderoso.

Penal

46. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere à NORMA PENAL NÃO INCRIMINADORA, com base nas assertivas de I a IV:

I - A norma penal não incriminadora só possui o preceito primário e tem caráter procedimental, processual, conceitual.

II - Podem ser explicativas ou interpretativas, quando esclarecem o conteúdo de outras normas ou fornecem princípios ou teorias gerais para a aplicação da lei penal.

III – Podem ser permissivas, quando autorizam a prática de crimes.

IV - Podem ser exculpantes, quando excluem a culpa do agente na prática da conduta.

- a) As assertivas I e V são verdadeiras.
 b) A assertiva II é falsa.
 c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
 d) A assertiva III é falsa.

47. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à NORMA PENAL INCRIMINADORA, com base nas assertivas de I a V:

I - Definem novos tipos penais e cominam as respectivas sanções, podendo retroagir.

II - Excluem do mundo jurídico o tipo penal e sempre retroagem.

III - Pioram o tipo penal já existente nunca retroagindo.

IV - Melhoram o tipo penal já existente, carregando consigo o princípio da retroatividade.

V – Pioram o tipo penal já existente, carregando consigo o princípio da ultratividade.

- a) A assertiva I é falsa.
 b) As assertivas II e III são verdadeiras.
 c) As assertivas IV e V são falsas.
 d) A assertiva V é falsa.

48. Assinale a alternativa INCORRETA no que diz respeito à NORMA PENAL EM BRANCO, levando-se em consideração as assertivas de I a V:

I - As normas penais em branco são aquelas que estabelecem as regras ou cominação penal, ou seja, a sanção penal, mas remetem a complementação para que possam ser aplicadas ao fato concreto.

II – Podem depender de complemento normativo.

III – Seu complemento pode ser homovitelino ou heterovitelino.

IV – Seu complemento pode ser heterogêneo e ao mesmo tempo heterovitelino.

V – Podem depender de complemento valorativo, ou seja, a norma jurídica tem que valorar a melhor maneira de sua aplicação.

- a) As assertivas I e II são verdadeiras.
 b) Apenas as assertivas IV e V são falsas.
 c) A assertiva III é falsa.
 d) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.

49. Assinale a alternativa CORRETA acerca da NORMA PENAL EM BRANCO DE COMPLEMENTO HOMOVITELINO, com base nas assertivas de I a V:

I – Lei penal complementada por lei penal.

- II – Lei civil complementada por lei civil.
- III – Lei penal complementada por lei civil.
- IV – Lei civil complementada por lei penal.
- V – Lei complementada por norma diversa.

- a) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- b) Apenas duas assertivas são verdadeiras.
- c) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

50. Assinale a alternativa CORRETA acerca da NORMA PENAL EM BRANCO DE COMPLEMENTO HETEROVITELINO, com base nas assertivas de I a V:

- I – Lei penal complementada por lei penal.
- II – Lei civil complementada por lei civil.
- III – Lei penal complementada por lei civil.
- IV – Lei civil complementada por lei penal.
- V – Lei complementada por norma diversa.

- a) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- b) Apenas duas assertivas são verdadeiras.
- c) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

51. Assinale a alternativa correta

I - O regime semi-aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado

II – As circunstâncias agravantes previstas na parte geral do código penal sempre agravam a pena ainda que as qualifiquem quando previstas na parte especial;

III – Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime ou nova contravenção, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior

IV - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, podemos afirmar que estamos diante de um concurso material de crimes

- a) A assertiva I está correta e a III está errada
- b) As assertivas II e III estão erradas e a I está correta
- c) Todas as assertivas estão erradas
- d) Todas as assertivas estão certas

52. Assinale a alternativa correta

I - ser o agente menor de 21 na data da sentença é circunstância que sempre atenua a pena;

II - interdição temporária de direitos é uma espécie de pena restritiva de direitos;

III – No regime semi-aberto o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

- a) A assertiva I está errada e a II está correta
- b) A assertiva III está errada e a II está correta
- c) Nenhuma assertiva está errada
- d) Nenhuma assertiva está correta

53. Quanto às penas e à extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta.

- a) Constitui pena privativa de liberdade a limitação de fim de semana.
- b) Para efeito de reincidência são considerados os crimes militares próprios e políticos.
- c) A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.
- d) O fato de receber o ofendido a indenização do dano causado pelo crime importa em renúncia tácita ao direito de queixa.

54. A pessoa condenada em regime aberto e que exerce atividade em trabalho externo:

- a) Pode descontar a pena aplicada dos dias de trabalho.
- b) Não tem direito à assistência médica.
- c) Tem, depois de seis meses, direito à prisão domiciliar.
- d) Não pode obter a remição da pena pelos dias de trabalho.

55. Por detração penal compreende-se

- a) a possibilidade que tem o preso, em regime fechado ou semi-aberto, de descontar parte da execução da pena pelo trabalho.
- b) o cômputo no prazo da pena privativa de liberdade, do tempo de prisão provisória ou administrativa.
- c) a atenuação da pena por ato do Poder Executivo.
- d) a conversão da pena restritiva de direito em pena privativa de liberdade.

Processo Civil

56. Aloísio ajuizou ação de anulação de casamento em face de Júlia. No curso do processo, o juiz designou audiência de instrução e julgamento para colheita dos depoimentos pessoais de Aloísio e Júlia e oitiva das testemunhas. Considerando as regras sobre depoimento pessoal previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) O Código de Processo Civil admite que Júlia se valha da escusa do dever de depor sobre fatos torpes que lhe forem imputados por Aloísio.
- B) Aloísio e Júlia, apesar de devidamente intimados, poderão se recusar a depor, sem que seja aplicada a pena de confissão, por ser o depoimento pessoal mero meio de prova.
- C) Aloísio e Júlia deverão responder pessoalmente sobre os fatos articulados, podendo consultar notas breves, desde que objetivem completar os esclarecimentos.
- D) O Código de Processo Civil veda expressamente que o juiz, de ofício, determine o comparecimento pessoal de Aloísio e Júlia, a fim de interrogá-los sobre os fatos da causa.

57. A respeito dos negócios jurídicos processuais:

I - O novo Código de Processo Civil permite às partes plenamente capazes, nos casos em que o processo versar sobre direitos que admitam autocomposição, estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo, inclusive fixando calendário para a prática de atos, desde que o calendário judicial resulte de comum acordo entre as partes e o juiz;

II - O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos não serão modificados, tendo em vista os princípios da autonomia privada no processo, da boa-fé e da cooperação;

III - O calendário judicial poderá fixar a data de publicação de atos processuais, inclusive, a data em que será proferida a sentença, em gabinete;

IV - As partes, atendidos os requisitos legais, poderão convencionar, inter alia, a redistribuição do ônus da prova e a renúncia prévia à recorribilidade das decisões que forem proferidas no processo.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) I e IV.

58. Sobre o dever de fundamentação das decisões judiciais:

I - o Novo Código de Processo Civil, no § 1º do seu artigo 489, considera desprovida de fundamentação qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

II - a sentença que enfrenta todos os argumentos deduzidos pelas partes no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo órgão jurisdicional atende ao contraditório substancial, ao garantir às partes o direito de influir no conteúdo dos provimentos judiciais;

III - o dever de fundamentação, ao legitimar a atividade jurisdicional, cumpre uma dupla função: uma endoprocessual, ao permitir o seu controle, tanto pelas partes quanto pelo próprio Poder Judiciário, e uma exoprocessual, ao permitir o controle das decisões judiciais pela via difusa da democracia participativa, exercida pelo povo em cujo nome a sentença é pronunciada;

IV - O Juiz deverá observar (i) as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; (ii) os enunciados de súmula vinculante; (iii) os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; (iv) os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em

matéria infraconstitucional; e (v) a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) apenas as assertivas II e III são corretas;
- c) apenas as assertivas I e III são incorretas;
- d) apenas a assertiva I e IV são incorretas;

59. Em matéria de prova:

I - O fato de o beneficiário da justiça gratuita não ostentar, momentaneamente, capacidade econômica de arcar com o adiantamento das despesas da perícia por ele requerida autoriza, por si só, a inversão do ônus do seu pagamento, que será realizado pelo Estado;

II - O princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz possibilita ao magistrado apreciar livremente a prova atendendo aos fatos e circunstâncias dos autos, sem necessidade de fundamentar a dispensa da perícia;

III - Não configura cerceamento de defesa a decisão que, a um só tempo, deixa de reconhecer a alegação por falta de prova, por entender o juiz que não era caso de dilação probatória e julga antecipadamente a lide;

IV - Por não se enquadrar nas hipóteses de proteção constitucional do sigilo das comunicações, tampouco estar disciplinada no campo infraconstitucional, a gravação unilateral feita por um dos interlocutores com o desconhecimento do outro deve ser admitida;

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) IV.

60. Jill Valentine ajuizou demanda buscando a reparação por danos morais contra a empresa farmacêutica Umbrella Corporation, fabricante do medicamento antiolesterol MER-29. A consumidora conta que, após uso frequente do medicamento, passou a apresentar vários defeitos visuais, inclusive cegueira de um dos olhos. Tais danos, segundo a consumidora, teriam atingido pelo menos 5.000 (cinco) mil consumidores.

Jill sustenta o seu pleito na responsabilidade pelo fato do produto prevista no artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor, cujo enunciado normativo diz o seguinte: “o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de seus produtos.”

Haveria, segundo a autora, defeito de concepção do produto que, por sua natureza, estaria incluído no risco inerente à atividade do fornecedor.

A empresa farmacêutica contestou o pedido autoral, alegando não existirem defeitos de

concepção e que não existe nexo de causalidade entre os agravos sofridos pela consumidora e a utilização do medicamento colocado no mercado. No que diz respeito à extensão do dano, a sociedade empresária sustenta não existirem provas que conduzam a essa conclusão, e que as afirmações da consumidora são meramente especulativas.

A parte autora não produziu prova pericial, alegando insuficiência econômica. Requereu contudo, o testemunho de sua irmã, que foi ouvida pelo Juízo na condição de informante.

A sociedade empresária Ré não produziu prova pericial ou testemunhal, limitando-se a juntar aos autos documentos que comprovam a obtenção de autorização emitida pela agência reguladora responsável pelo setor (a ANVISA), liberando a comercialização do medicamento.

Considerando a situação hipotética narrada, julgue as assertivas a seguir:

I – O Juízo deverá julgar improcedente os pedidos articulados na petição inicial, sob o argumento de que a consumidora não se desincumbiu do ônus de provar a existência de nexo de causalidade entre os agravos ocasionados à sua saúde e o consumo do medicamento fornecido pela Ré e tampouco comprovou a existência de defeito de concepção do produto;

II – O Juízo, no caso sob análise, tendo em vista a natureza consumerista da relação jurídica e da alegação de hipossuficiência econômica da parte autora, poderá distribuir de forma dinâmica o ônus da prova, atribuindo o ônus da prova da existência de nexo de causalidade e de defeito de concepção à empresa farmacêutica, por apresentar maior aptidão para a prova.

III – O novo CPC considera a inversão do ônus da prova uma regra de julgamento, que permite ao magistrado a redistribuição dinâmica do ônus probatório na ocasião do julgamento, sempre diante de insuficiência probatória.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.

61. Havendo revelia, e produzindo ela os seus efeitos materiais, o Magistrado poderá dispensar a fase instrutória, e julgar antecipadamente o objeto do processo

PORQUE

Sendo o réu revel, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Esta questão contém duas afirmações.

Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- B) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.

D) a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

62. O Juiz deverá decidir pela redistribuição dinâmica do ônus da prova na decisão de organização do processo

PORQUE

A inversão do ônus da prova foi acolhida pelo Novo CPC como regra de instrução, em atenção ao princípio do contraditório.

Esta questão contém duas afirmações. Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- B) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

63. A respeito do princípio do contraditório:

I – Tradicionalmente, o contraditório sempre foi entendido como “audiatur et altera pars”, significando uma garantia processual de audiência bilateral.

II – A garantia da audiência bilateral é inafastável, de modo que ao magistrado é defeso, em qualquer hipótese, proferir provimento judicial sem a prévia oitiva da parte que será prejudicada pelo ato;

III – O Novo Código de Processo Civil impede o Juiz, em qualquer grau de jurisdição, de decidir incidentalmente pela inconstitucionalidade de ato normativo que sirva de fundamento da pretensão de uma das partes, sem dar, previamente, às partes, oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) I, II e III.
- D) I e III.

64. “É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.” (art. 492, do Novo CPC)

Esse enunciado normativo refere-se ao princípio processual da:

- a) obrigatoriedade da jurisdição;
- b) eventualidade;
- c) inércia da jurisdição;
- d) adstrição ou congruência.

65. CNJ: Última edição da Semana Nacional de Conciliação alcança 53% de acordo*

A nona edição da Semana Nacional da Conciliação concretizou 53% de acordos e a movimentação de mais de R\$ 1 bilhão em valores homologados. Durante os cinco dias de duração, o esforço do

Judiciário atendeu quase 700 mil pessoas e fechou 150 mil acordos, após as 283 mil audiências realizadas. Os dados foram divulgados na sexta-feira (12/12) pelo coordenador do Comitê Gestor da Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Emmanoel Campelo, durante o Encontro Nacional de Núcleos e Centrais de Conciliação, que ocorreu na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília/DF.

O conselheiro avaliou que os constantes crescimentos nos índices de acordos durante a campanha, assim como ao longo do ano, refletem os investimentos que os tribunais vêm fazendo no sentido de capacitar servidores e colaboradores. “Quanto mais habilitados estão os servidores, melhores acordos são conseguidos e, com isso, mais satisfeitos ficam os cidadãos que recorrem à Justiça a fim de pleitear seus direitos”, disse.

A Semana Nacional da Conciliação é promovida, anualmente, pelo CNJ, em parceria com os tribunais brasileiros. Neste ano, a campanha ocorreu entre os dias 24 e 28 de novembro e envolveu 46 tribunais brasileiros. O esforço concentrado da Justiça visa fortalecer a cultura da resolução de conflito de maneira não processual.

O fortalecimento da Política Nacional de Conciliação tem como objetivo reduzir o estoque de processos judiciais no País, que se aproxima dos 100 milhões. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Antonio José de Barros Levenhagen, que abriu o Encontro Nacional dos Núcleos, reforçou a importância dos investimentos na conciliação a fim de reduzir o que chamou de “síndrome de judicialização da Justiça”.

“Essa é uma síndrome que se combate com o fortalecimento da cultura da conciliação. Precisamos de foco na criação de centros de resolução de conflitos. Espero que o encontro de hoje contribua para aprofundarmos as alternativas da Justiça no sentido de irmos na direção de uma Justiça mais ágil e efetiva”, afirmou Levenhagen. (Fonte: Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <http://www.trf2.jus.br/Paginas/Noticia.aspx?Item_Id=2518&js=1>)

Conciliação

eu venho há muito tempo querendo te ver
investigando o meu tempo pra te procurar
em quase toda parte sem te encontrar
não tenho outro jeito a não ser explicar
eu tenho tantas coisas para te dizer
eu tenho muitas coisas quero te falar
são coisas que estão dentro do meu peito
são coisas que preciso me desabafar
estou aqui prá te falar
que só o amor que dentro há
pode nos salvar...
pode nos salvar...

Cidade Negra

O Novo Código de Processo Civil é inspirado pelo princípio da conciliação, atribuindo aos Órgão do Poder Judiciário e da Administração Pública uma série de deveres com objetivo de alcançar a resolução de conflitos pela via da mediação e da conciliação. A esse respeito, julgue os itens a seguir:

I - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios criarão câmaras de mediação e conciliação, com atribuições relacionadas à solução consensual de conflitos no âmbito administrativo, tais como (i) dirimir conflitos envolvendo órgãos e entidades da administração pública; (ii) avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação, no âmbito da administração pública; e (iii) promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

II – O sistema de resolução de conflitos por conciliação e/ou mediação no novo CPC é orientado pelo princípio do autorregramento da vontade, protegendo as partes contra eventuais constrangimentos e/ou intimidações por parte do Poder Judiciário, e permitindo-lhes a definição das regras procedimentais que guiarão o procedimento de mediação e/ou conciliação;

III – O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, enquanto que o mediador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) I, II e III.
- D) I e III.

Hermenêutica Jurídica

66. Para essa escola, a interpretação deve ocorrer pela busca da “mens legislatoris”, ou seja, a procura da vontade do legislador, tanto assim que há a investigação da chamada “occasio legis” (ocasião da lei), que é o conjunto de fatos que acarretaram a criação da norma. Qual é esta escola?

- a) Escola do Livre Direito
- b) Escola da Livre Investigação Científica
- c) Escola Ecológica
- d) Escola Realista Americana

67. Tomando como base os métodos interpretativos, marque a única alternativa incorreta:

- a) Método Literal: por meio deste método, o intérprete busca o sentido literal da norma jurídica. Em um primeiro momento, o intérprete deverá dominar o idioma em que a norma jurídica foi

produzida e assim estabelecer uma definição; neste primeiro momento o intérprete buscaria fixar qual o sentido dos vocábulos do texto normativo.

b) O método lógico, por sua vez, busca desvendar o sentido e o alcance das normas jurídicas, estudando-a através de raciocínios lógicos.

c) Método teleológico: este método tem como objetivo a interpretação da norma jurídica a partir do fim social que ela almeja. Desta forma, a norma jurídica seria um meio – ou o meio – adequado para se atingir um fim desejado. A interpretação teleológica é oriunda do jurista Ihering que defende que o Direito não evolui espontaneamente – contrapondo-se ao pensamento de Savigny – mas, sim, pela luta.

d) Método sociológico: Este método permite que o intérprete possa empreender a pesquisa genética da norma, pois, usando esse método, o intérprete irá buscar os antecedentes da norma. Dessa forma, o intérprete considerará os motivos que levaram à elaboração da norma jurídica, quais os interesses dominantes que esta norma jurídica buscava resguardar. Esse método vê o Direito como sendo um produto histórico, oriundo da vida social e, desta forma, capaz de adaptar-se as novas condições e realidades sociais.

68. Um postulado fundamental à teoria do ordenamento jurídico propõe que o direito seja considerado como um conjunto que forma entidade distinta dos elementos que o compõem, em razão de sua unidade, coerência e completude. Com base nessa ordem de ideias, assinale a opção correta.

A) A ideia de que o direito se organiza em um ordenamento jurídico remonta à época justiniana do direito romano, que, no corpus juris civilis, propôs um sistema completo de direito formado pelas Constituições, Digesto, Institutas e Codex.

B) É essencial, para que o direito seja coerente e completo, que suas normas decorram de uma única fonte ou origem primária, capaz de solucionar definitivamente questões sobre a identificação de todas as normas jurídicas.

C) A unidade é uma característica exclusiva do positivismo jurídico, já que este propõe uma igualdade mínima quanto ao conteúdo substancial das normas, por compartilharem valores que assim as unificam como sistema.

D) A ideia de coerência do sistema jurídico é concebida pela negação de que nele possam permanecer antinomias entre normas de igual ou diferente hierarquia, afirmando que duas normas antinômicas não poderão ser simultaneamente válidas.

69. Considerando a hermenêutica jurídica, e ainda considerando a interpretação do direito, a superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo e o método de interpretação pela lógica do razoável, assinale a opção correta.

a) Há um princípio geral informador de todo o ordenamento jurídico nacional, necessário à interpretação, que pode ser inferido da existência de várias normas e ao qual se chega por meio da indução.

b) De acordo com o método de interpretação da lógica do razoável, devem ser considerados os fins em função dos quais a lei seja editada e haja de ser compreendida pela sua causa final.

c) No processo lógico, a lógica formal, de tipo puro, a priori, só é adequada na análise dos conceitos jurídicos essenciais e, para tudo que pertence à existência humana — a prática do Direito, inclusive —, impõe-se o uso da lógica do humano e do razoável (lógica material).

d) Atualmente, utiliza-se, na interpretação das leis, a exegese escolástica, partindo-se do conjunto principiológico existente nas normas.

70. Assinalar a alternativa correta:

I - Com seu círculo hermenêutico, Gadamer mostra que o processo hermenêutico é unitário, afirmando que compreender é sempre interpretar, e compreender é sempre aplicar; o que significa que a ênfase da razão hermenêutica se desloca da pragmática para a semântica;

II - Com o círculo gadameriano, a hermenêutica e as pré-compreensões fazem parte da estrutura da compreensão, razão pela qual compreender não é um modo de conhecer, e sim um modo de ser;

III - O processo de interpretação se dá através de uma interação ontológico-dialética (representada em forma de espiral), entre a consciência histórica do intérprete e a abertura interpretativa permitida pelo objeto, a partir de seu mundo próprio.

IV - Segundo Habermas as questões éticas são enfrentadas localmente e influenciam diretamente o trabalho hermenêutico.

a) Somente a afirmativa I é correta.

b) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.

c) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.

d) Somente as afirmativas I, II, e III são verdadeiras.

Meios Alternativos de Resolução de Conflitos

71. Avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. O novo código de processo civil prevê em seu artigo 337, §5º que o Magistrado não pode conhecer de ofício da convenção de arbitragem,

PORQUE

II. Por ser de natureza contratual, a convenção de arbitragem é matéria de fato, necessitando-se, pois, de arguição das partes para que o Juiz possa dela conhecer.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira

72. Avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A arbitragem é uma forma de resolução de conflitos extrajudicial e heterocompositiva, que tem por objetivo dirimir conflitos que envolvam direitos patrimoniais disponíveis, entre pessoas capazes de contratar.

PORQUE

II. Somente as demandas, individualmente consideradas, que envolvem direitos patrimoniais e laborais celetistas podem ser levados ao juízo arbitral, visto que se enquadram nos requisitos objetivos descritos na Lei 9.307 de 1996, com a recente modificação trazida pela Lei 13.129 de 2015.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira

73. O árbitro:

a) é juiz de fato e de direito, lhe sendo aplicável, inclusive, as prerrogativas dos Magistrados previstas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN).

b) será sempre pessoa física e deve, necessariamente, ser bacharel em Direito.

c) quando no exercício de suas funções ou em razão delas, ficam equiparados aos funcionários públicos, para os efeitos da legislação penal.

d) deverá se inscrever em uma Câmara de Arbitragem para, com isso, administrar arbitragens institucionais.

74. Acerca do procedimento arbitral é correto afirmar:

a) Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou por todos, se forem vários.

b) A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes. Nada tendo sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de doze meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro.

c) A decisão do árbitro ou dos árbitros será expressa e proferida oralmente em audiência.

d) As partes nomearão um ou mais árbitros, sempre em número ímpar, não podendo nomear

os respectivos suplentes, sendo essa uma tarefa dos árbitros.

75. Dentre os requisitos da sentença arbitral, qual dos itens abaixo não é obrigatória:

a) A data e o lugar em que foi proferida.

b) o relatório, que conterà os nomes das partes e um resumo do litígio; e os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade.

c) o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso.

d) A assinatura do perito e assistentes técnicos, quando há perícia no procedimento, se for o caso.

Sociologia Jurídica

76. Na perspectiva da sociologia jurídica,

a) o direito é um aprimoramento do caráter humano.

b) o direito é uma função da sociedade.

c) o direito é proveniente de uma autoridade bem formada (Deus, Natureza ou Razão humana).

d) Deus e a Natureza são objetos de estudo, porque o são de todas as áreas relacionadas ao direito.

77. Uma das dificuldades epistemológicas referentes à sociologia jurídica é a ausência de definições claras, objetivas e consensuais. Essa dificuldade ocorre porque

a) a sociologia jurídica exclui do âmbito de sua investigação a análise de adesão de atores sociais a normas jurídicas.

b) a sociologia jurídica é uma ciência humana carregada de subjetividade.

c) há um pluralismo jurídico e modelos de interlegalidades que nele se fundamentam.

d) sociólogos e juristas divergem, academicamente, quanto às metodologias de trabalho na área.

78. No que se refere ao racismo no Brasil, assinale a opção correta.

a) Após os golpes de estado de 1964 e 1968, o mito da democracia racial continua a servir como ideal ou inspiração na sociedade brasileira.

b) A formulação de Gilberto Freire sobre o país constituir uma democracia social foi, historicamente, rejeitada no Brasil.

c) Para Florestan Fernandes, o racismo mascarado desempenhou importante papel na manutenção das desigualdades na sociedade brasileira.

d) A existência de mobilidade social e de abertura racial significa ausência de preconceitos e de discriminação, conforme Florestan Fernandes.

79. Para Max Weber uma ação social significa uma ação

- a) que se caracteriza por um sentido objetivamente correto ou verdadeiro, obtido por indagação metafísica.
- b) impossível de ser compreendida pelo analista.
- c) que se orienta exclusivamente pela expectativa de determinado comportamento de objetos materiais.
- d) que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso.

80. Um dos principais conceitos elaborados por Max Weber para analisar as relações de mando e obediência na sociedade é o de "dominação". Quais os três tipos de dominação de uma ordem legítima definidos pelo autor?

- a) Moderna, patrimonialista e demagoga.
- b) Racional legal, tradicional e carismática.
- c) Capitalista, socialista científica e socialista utópica.
- d) Moderna, tradicional e demagoga.